cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.06.12 08:46:56 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 12 de junho de 2024 • Nº 1821 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ARCABOUÇO FISCAL

Haddad quer mudar pisos de Saúde e Educação

Diante do descolamento dos pisos das pastas de Saúde e Educação dos demais gastos do novo arcabouço fiscal, a equipe econômica do governo federal pretende propor, no Orçamento do próximo ano, mudanças no formato dos gastos mínimos para as duas áreas, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O ministro afirmou que levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugestões de novas fórmulas de cálculo na elaboração do Orçamento Geral da União do próximo ano, que terá de ser enviado ao Congresso até 30 de agosto. "Vamos levar algumas propostas para o presidente, que pode aceitar ou não, dependendo da avaliação que ele fizer", declarou o ministro em relação a uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo que apontou que o governo pretende limitar a 2,5% o crescimento real (acima da inflação) dos pisos para a saúde e a educação. Apesar da mudança dos cálculos, Haddad descartou o risco de perda de recursos para as 2 áreas. PÁGINA 3

IBGE

Inflação de maio sobe para 0,46%, puxada por alimentos

A inflação oficial do país acelerou para 0,46% em maio, após ter registrado 0,38% em abril. Os preços dos alimentos foram o fator que mais puxaram para cima o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano, a inflação acumulada é de 2,27% e, nos últimos 12 meses, de 3,93%, ou seja, dentro da meta do governo de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. O grupo alimentos e bebidas apresentou alta de 0,62% em maio, representando 0,13 ponto percentual do IPCA. Parte da explicação da alta na comida está nos preços dos tubérculos, raízes e legumes, que subiram 6,33% no mês, com destaque para a batata-inglesa, que subiu 20,61%, tendo sido o maior impacto individual dentre todos os produtos e serviços apurados pelo IPCA. O gerente da pesquisa, André Almeida, observa que a mudança das safras é um dos fatores relacionados ao aumento do tubérculo. PÁGINA 2

SENADO

Pacheco devolve MP do PIS/Cofins

LULA MARQUES/ABRASIL

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (**foto**) anunciou ontem que vai devolver ao governo federal a medida provisória (MP) que restringe as compensações do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Segundo o senador, alguns pontos da MP ferem princípios constitucionais como segurança jurídica e previsibilidade. "O que se observa nessa MP é que há uma inovação com alterações de regras tributárias que geram um enorme impacto ao setor produtivo nacional, sem que haja observância da regra constitucional da noventena na aplicação sobretudo dessas compensações do PIS e da Cofins", explicou Pacheco, que também preside o Congresso Nacional. Na avaliação do senador, a MP descumpre o Artigo 195, Parágrafo 6º da Constituição Federal, que exige um prazo de 90 dias para mudanças em contribuições sociais, o que não se observa na MP. "Em matéria tributária vigoram alguns princípios que são muito caros para conferir segurança jurídica, previsibilidade, ordenação de despesas e a manutenção de setores produtivos. E um desses princípios é o de anterioridade e anualidade em matéria tributária e no caso de contribuições, a exigência de que contribuições devam cumprir essa noventena". PÁGINA 3

ABRACICLO

Produção de motos atinge melhor nível em 13 anos

A melhoria da renda e o preço acessível aos brasileiros são os principais motivos para o recorde de produção de motocicletas de indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Em maio, foram fabricadas 160.389 unidades, sendo o melhor número para o mês de maio desde 2012, de acordo com levantamento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), divulgado ontem, em São Paulo. Na comparação com 2023, o resultado de maio foi 3,4% superior, embora tenha apontado queda de 1,8% na comparação com abril. Essa redução é atribuída ao menor número de dias úteis (dois dias a menos) e também por causa dos feriados do Dia do Trabalho e Corpus Christi. Em relação à produção de motocicletas de janeiro a maio, correspondente a 761.734 unidades, a alta foi de 13,8% em relação a igual período de 2023, sendo também o melhor resultado dos últimos 13 anos. PÁGINA 2

LAVA JATO

LULA MARQUES/ABRASIL

CNJ vê indícios de peculato e pede que PGR investigue Moro

O Conselho Nacional de Justiça vai encaminhar à Procuradoria-Geral da República o acórdão da inspeção realizada no berço da Operação Lava Jato - incluindo o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e os gabinetes da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre - documento com indicação de suposta ligação do ex-juiz Sérgio Moro (**foto**), hoje senador (União-PR), com crimes de peculato-desvio, prevaricação, corrupção privilegiada ou passiva. Por 9 votos a 5, o Plenário do CNJ aprovou o relatório de correição elaborado pela equipe do ministro-corregedor Luís Felipe Salomão, destacando que as informações levantadas pela Corregedoria Nacional de Justiça devem ser levadas à PGR. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,73% / 121.635,06 / 875,55 / Volume: R$ 18.137.006.938 / Negócios: 3.151.408

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	12.44	+7.99	+0.92
MINERVA ON NM	6.26	+5.21	+0.31
PETRORIO ON NM	42.55	+4.29	+1.75
P.ACUCAR-CBDON NM	2.95	+4.24	+0.12
AZUL PN N2	9.55	+4.03	+0.37

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SUZANO S.A. ON ATZ NM	48.92	–1.55	–0.77
EMBRAER ON NM	38.81	–0.56	–0.22
LOCALIZA ON NM	41.55	–0.74	–0.31
ENERGISA UNT N2	45.75	–0.22	–0.10
DEXCO ON NM	6.92	–0.57	–0.04

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	60.98	–0.15	–0.09
PETROBRAS PN N2	37.66	+0.43	+0.16
PETROBRAS ON N2	39.27	–0.08	–0.03
PETRORIO ON NM	42.55	+4.29	+1.75
B3 ON NM	10.55	+0.57	+0.06

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.747,42	-0,31
NASDAQ Composite	17.343,546	+0,88
CAC 40	7.789,21	-1,33
FTSE 100	8.147,81	-0,98
DAX	18.369,94	-0,64
Ftse Mib	33.874,48	-1,93

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (08/05)	10,50%
TR (11/06)	0,0342%
Poupança (11/06)	0,5344%
IGP-M	0,89% (mai.)
IPCA	0,46% (mai.)
CDI (08/05)	10,40%
OURO BM&F/grama	R$ 402,52
EURO Comercial	Compra: 5,7566 Venda: 5,7572
EURO turismo	Compra: 5,8112 Venda: 5,9912
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,3524 -0,26%
DÓLAR comercial	Compra: 5,3599 Venda: 5,3605
DÓLAR turismo	Compra: 5,3881 Venda: 5,5681

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe 0,73%, aos 121,6 mil pontos; dólar fecha em alta

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Tendo permanecido aos 120,7 mil pontos nas duas sessões anteriores, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) deu um passo adiante, retomando a linha dos 121 mil, com giro ainda fraco, a R$ 18,1 bilhões, ontem. O Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 120.757,20 aos 121 759,04 pontos (+0,83%), encerrando o dia em alta de 0,73%, aos 121.635,06 pontos. Na semana, o Ibovespa avança 0,56%, com perda no ano a 9,35% e, no mês, a 0,38%.

Na Bolsa, em geral, o dia foi de ganhos bem distribuídos pelas ações de primeira linha, as blue chips, à exceção de Vale ON (-0,15%) - que quase zerou as perdas em direção ao fechamento - e de Petrobras, que oscilou ao longo da tarde, com a ON no negativo (-0,08%) e a PN mostrando ganho de 0,43% no encerramento, em sessão de ajuste também discreto para o Brent e o WTI, ambos em leve avanço.

Destaque ontem para o setor financeiro, alinhado em alta, tendo Itaú PN (+1,12%) e Banco do Brasil ON (+1,10%) à frente na sessão, entre as maiores instituições. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Magazine Luiza (+7,99%), Minerva (+5,21%) e Prio (+4,29%). No lado oposto, Suzano (-1,55%), Localiza (-0,74%) e Dexco (-0,57%).

Destaque da agenda de dados domésticos ontem, a elevação do IPCA em maio "não foi alarmante", embora algumas medidas, como a inflação de serviços e a média de núcleos, tenham se acelerado no mês, observa o chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do Bank of America (BofA), David Beker, em relatório, reporta o jornalista Daniel Tozzi Mendes, do *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

DÓLAR

Após ganhos acumulados de 2,02% nos dois pregões anteriores, o dólar apresentou fôlego reduzido ontem.

Com mínima a R$ 5,3732, o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,08%, cotado a R$ 5,361, ainda no maior valor desde 4 de janeiro de 2023 (R$ 5,4524). Pela manhã, o dólar até esboçou uma queda, com mínima a R$ 5,3365, atribuída a ajustes e fluxo exportador. Foi o terceiro pregão consecutivo de avanço do dólar no mercado doméstico, que já acumula valorização de 2,1% em junho e de 10,46% no ano.

IBGE

Inflação de maio sobe para 0,46%, puxada por alimentos

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A inflação oficial do país acelerou para 0,46% em maio, após ter registrado 0,38% em abril. Os preços dos alimentos foram o fator que mais puxaram para cima o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, a inflação acumulada é de 2,27% e, nos últimos 12 meses, de 3,93%, ou seja, dentro da meta do governo de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O grupo alimentos e bebidas apresentou alta de 0,62% em maio, representando 0,13 ponto percentual do IPCA.

Parte da explicação da alta na comida está nos preços dos tubérculos, raízes e legumes, que subiram 6,33% no mês, com destaque para a batata-inglesa, que subiu 20,61%, tendo sido o maior impacto individual dentre todos os produtos e serviços apurados pelo IPCA.

O gerente da pesquisa, André Almeida, observa que a mudança das safras é um dos fatores relacionados ao aumento do tubérculo. "Em maio, com a safra das águas na reta final e um início mais devagar da safra das secas, a oferta da batata ficou reduzida. Além disso, parte da produção foi afetada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, que é uma das principais regiões produtoras", diz.

A cebola foi outro alimento que teve alta de destaque (7,94%), assim como o leite longa vida (5,36%) e o café (3,42%).

"O leite está em período de entressafra e houve queda nas importações. Essa combinação resultou em uma menor oferta. Em relação ao café, os preços das duas espécies têm subido no mercado internacional, o que explica o resultado de maio", explica Almeida.

Apesar da alta neste grupo, o item alimentação no domicílio desacelerou de 0,81% em abril para 0,66% em maio. A explicação está na queda de alguns itens, como as frutas.

"O principal alimento com queda em maio foi a banana: a maior oferta da banana d'água pressionou os preços da prata, e as duas baixaram. Isso ajudou a segurar o aumento da alimentação no domicílio", detalha o pesquisador do IBGE.

Já a alimentação fora de casa acelerou 0,5%. Em abril, tinha ficado em 0,39%.

MAIS INFLUÊNCIAS

Depois de alimentação e bebidas, o grupo que mais influenciou o resultado geral foi o de habitação (0,67%), com a alta da energia elétrica residencial (0,94%), o terceiro item de maior impacto individual sobre o resultado geral, atrás da batata-inglesa e do leite longa vida. O resultado é explicado pela aplicação dos reajustes tarifários em Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Aracaju (SE).

No grupo Transportes (0,44%), houve aumento na passagem aérea (5,91%), após quatro meses seguidos de queda nos preços de bilhetes de avião. A gasolina, que por muitas vezes é a vilã da inflação, em maio (0,45%) subiu menos que o etanol (0,53%) e o óleo diesel (051%).

EFEITO RGS

O IPCA de maio é o primeiro que mostra um mês completo com efeitos da calamidade climática que atingiu o Rio Grande do Sul. A região metropolitana de Porto Alegre, uma das áreas onde há coleta de preços para apuração da inflação oficial, teve o maior índice (0,87%).

Segundo André Almeida, os efeitos da chuva começaram a ser sentidos na inflação, mas ainda não é possível afirmar como serão os impactos nos próximos meses.

"A gente observa efeitos da calamidade na inflação de maio, principalmente na alta de alimentos e outros itens, como gás de botijão. Mas precisamos, nos próximos meses, aguardar para ver como isso vai se dar", explica o pesquisador, destacando que o estado é grande produtor de alimentos, como o trigo.

A região metropolitana de Porto Alegre tem um peso de cerca de 8% da média da inflação nacional.

COLETA NO SUL

A situação de calamidade prejudicou a coleta presencial de preços. Em situações comuns, cerca de 20% dos dados são coletados de forma presencial. Em maio, esse patamar chegou a 65% na região. Alguns produtos não puderam ter os preços coletados presencialmente nem de forma remota. Para casos como esses, o IBGE faz a imputação de dados, uma técnica estatística já prevista na metodologia.

Segundo André Almeida, a imputação não distorce os resultados. "Os critérios são previstos na metodologia e seguem práticas recomendadas internacionalmente. Isso faz com que tenhamos segurança", afirma.

"Um dos critérios de imputação mais adotados é ver qual a média de preço que estava sendo comercializada em locais parecidos e imputar esse preço", descreve. Ele dá o exemplo do arroz: se o produto não é encontrado em um mercado, pode ser utilizada a média de preços encontrada em estabelecimentos semelhantes.

Entre os itens que tiveram dados imputados, o pesquisador do IBGE cita os comercializados em feiras livres, mercados e drogarias de menor portes e serviços como reparos de geladeiras, de bicicletas e estofados, entre outros.

EM 12 MESES

Apesar de estar dentro do teto do regime de metas do governo (4,5%), o IPCA acumulado de 12 meses (3,93%) marca uma inflexão no comportamento da inflação, que vinha apresentando reduções seguidas desde outubro de 2023. Em setembro, o índice era de 5,19%, chegando a 3,69% em abril de 2024, antes de apresentar elevação em maio.

INPC

O IBGE divulgou também o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que tem metodologia de coleta semelhante ao IPCA, mas com pesos ajustados para refletir o padrão de consumo de famílias com rendimento entre um e cinco salários-mínimos.

Em maio, o INPC foi de 0,46%, também acelerando em relação a abril (0,37%). No ano, a alta é de 2,42% e, em 12 meses, o acumulado chega a 3,34%.

IGP-M mostra inflação de 0,8% na primeira prévia de junho

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), usado para reajustar alguns contratos de aluguel, registrou inflação de 0,8% na primeira prévia de junho deste ano. A taxa é superior à observada na primeira prévia de maio (0,75%).

Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), de janeiro a abril, o indicador havia registrado deflação (queda de preços).

Com o resultado da prévia de junho, o IGP-M acumula taxa de inflação de 2,44% em 12 meses. Em maio, a taxa acumulada pela prévia do IGP-M em 12 meses havia ficado em -0,48%.

ABRACICLO

Produção de motos cresce e tem melhor resultado em 13 anos

A melhoria da renda e o preço acessível aos brasileiros são os principais motivos para o recorde de produção de motocicletas de indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Em maio, foram fabricadas 160.389 unidades, sendo o melhor número para o mês de maio desde 2012, de acordo com levantamento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), divulgado ontem, em São Paulo.

Na comparação com 2023, o resultado de maio foi 3,4% superior, embora tenha apontado queda de 1,8% na comparação com abril. Essa redução é atribuída ao menor número de dias úteis (dois dias a menos) e também por causa dos feriados do Dia do Trabalho e Corpus Christi.

Em relação à produção de motocicletas de janeiro a maio, correspondente a 761.734 unidades, a alta foi de 13,8% em relação a igual período de 2023, sendo também o melhor resultado dos últimos 13 anos. A produção de modelos bicombustíveis nos cinco primeiros meses deste ano foi 16,7% maior que o mesmo período do ano passado, com 497,9 mil unidades.

PLANEJAMENTO

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Bento, todas as fábricas estão cumprindo o planejamento de atender a demanda do mercado, que segue tendência de alta. Essa maior demanda, considerando o impacto positivo da melhoria da renda dos brasileiros, reflete a maior procura por motos, algo mantido desde a pandemia. Muitas pessoas passaram a usar motos como instrumento de trabalho e fonte de renda. Outros fatores decisivos são o preço acessível, o baixo custo de manutenção, economia e liberdade de locomoção para evitar aglomerações do transporte público.

Os licenciamentos em maio somaram 164.533 unidades, alta de 1,9% em relação a maio de 2023. Foi o melhor resultado desde 2011. A categoria de motocicleta mais emplacada foi a Street, com 77.117 unidades, o que indica uma participação de 46,9% no mercado. Os licenciamentos acumulados de janeiro a maio deste ano somaram 767.281 unidades, um crescimento de 19,9% em relação ao mesmo período de 2023, sendo o melhor resultado desde 2008.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Empresários de 95 municípios gaúchos já podem solicitar crédito do BNDES

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Empresários de diferentes portes, cooperativas, produtores rurais, transportadores autônomos de carga e empresários individuais (MEIs) de 95 municípios em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul podem enviar propostas de crédito a partir desta terça-feira para acessar os recursos de R$ 15 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na modalidade emergencial.

Pessoas jurídicas devem procurar uma das agências bancárias da rede - de cerca de 40 instituições financeiras - que já operam com seus recursos no RS e estão habilitados a operar o programa BNDES Emergencial no estado. Já aderiram ao programa o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Badesul Desenvolvimento, Bradesco, Banco Safra e as cooperativas de crédito Sicredi e Cresol. São as chamadas operações indiretas, em que outra instituição financeira opera recursos do BNDES.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, orientou o público-alvo a procurar gerentes de instituições financeiras em que já são clientes. "Esses recursos precisam chegar na ponta o mais rápido possível, com todos os desafios apresentados antecipadamente. O gerente do banco, os técnicos, nunca lidaram com uma situação como essa.

Pela escala, é um desafio novo, mas há uma sensibilidade, compromisso e sentimento muito forte no Brasil para superar essas dificuldades." A lista de toda a rede credenciada está disponível na página eletrônica do BNDES.

Os recursos estarão disponíveis para clientes que já tiverem seu crédito aprovado pelos bancos, a partir da próxima sexta-feira.

Nas operações indiretas, os juros ficarão entre 7% e 12% ao ano. E as instituições que concederem os empréstimos assumem o risco de inadimplência das operações.

CRITÉRIOS

As linhas de crédito operacionalizadas em parceria com o BNDES são direcionadas àqueles que sofreram perdas, danos e consequências econômicas e sociais em decorrência dos eventos climáticos extremos, que afetaram municípios desde o fim de abril e no mês de maio.

Para ter direito a fazer a solicitação, o empreendimento precisa estar em município do Rio Grande do Sul que teve o estado de calamidade pública decretado pelo governo federal, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União a partir de 26 de abril, data de início das fortes chuvas. A solicitação pode ser feita até 31 de dezembro deste ano. O BNDES destaca que os pedidos de financiamento protocolados pelos empresários no BNDES devem ser feitos em até doze meses após a publicação do reconhecimento oficial do estado de calamidade pública daquele município pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR), e o prazo limite de vigência do Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul.

O governo federal, via BNDES, disponibilizou três linhas de financiamento. O valor máximo por cliente é de R$ 300 milhões para financiar compra de máquinas e equipamentos e para construir ou reformar fábricas, galpões, armazéns, lojas ou escritórios, e de R$ 400 milhões para capital de giro.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

SENADO

Pacheco devolve texto de MP do PIS/Cofins ao governo

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) anunciou ontem que vai devolver ao governo federal a medida provisória (MP) que restringe as compensações do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Segundo o senador, alguns pontos da MP ferem princípios constitucionais como segurança jurídica e previsibilidade.

"O que se observa nessa MP é que há uma inovação com alterações de regras tributárias que geram um enorme impacto ao setor produtivo nacional, sem que haja observância da regra constitucional da noventena na aplicação sobretudo dessas compensações do PIS e da Cofins", explicou Pacheco, que também preside o Congresso Nacional.

Na avaliação do senador, a MP descumpre o Artigo 195, Parágrafo 6º da Constituição Federal, que exige um prazo de 90 dias para mudanças em contribuições sociais, o que não se observa na MP.

"Em matéria tributária vigoram alguns princípios que são muito caros para conferir segurança jurídica, previsibilidade, ordenação de despesas e a manutenção de setores produtivos. E um desses princípios é o de anterioridade e anualidade em matéria tributária e no caso de contribuições, a exigência de que contribuições devam cumprir essa noventena".

Segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia dito que o governo está disposto a negociar com o Congresso itens como os prazos para adaptação às novas regras.

A MP faz parte das medidas anunciadas pelo governo para compensar a perda de receitas com o acordo que manteve a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios este ano. O governo propôs restringir o uso de créditos tributários do PIS/Cofins para o abatimento de outros impostos do contribuinte e colocou fim no ressarcimento em dinheiro do crédito presumido. A previsão da equipe econômica era de aumento de arrecadação de R$ 29,2 bilhões este ano para os cofres da União.

Segundo Pacheco, com a devolução ao governo, todos os efeitos da MP serão cessados imediatamente.

COMÉRCIO

Pontos de venda faturam R$ 1,4 trilhão em 2023 e podem crescer 9,2% em 2024

TALITA NASCIMENTO/AE

Os pontos de vendas de supermercados, atacarejos, farmácia e perfumarias, eletroeletrônicos e comércio eletrônico somaram R$ 1,4 trilhão em faturamento em 2023, frente a R$ 1,3 trilhão em 2022. Para 2024, o esperado é um crescimento de 9,2%. Em volumes, o consumo de itens de abastecimento do lar em 2023 apresentou alta de 2,6% e a expectativa para 2024 é de crescimento de 2,2%.

Apesar de um início de ano promissor, o consumo nos últimos meses desacelerou. Portanto, a expectativa de alta é menor do que o realizado no ano passado. Os dados são do estudo "Da crise à trend", da NIQ Ebit.

Nas últimas semanas, a empresa de pesquisas observou uma alta na comparação anual da ordem de 10% no consumo, que estaria ligada ao movimento de compras de abastecimento em decorrência da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. No geral, porém, o que se observa é um consumidor com renda corroída pelo endividamento e pela falta de confiança, explica Alfredo Costa, diretor-geral da NIQ.

Em uma análise que abrange os 30 anos do Plano Real, Costa avalia que, desde a recessão de 2013, que marcou a primeira queda de volume de consumo no País, o setor vive idas e vindas com um saldo negativo. O volume de consumo de 2023 corresponde a 94,6% do que foi registrado em 2013.

Costa pontua que um movimento importante é o das marcas premium e de baixo custo ganhando mercado sobre as de preço médio. Em categorias consideradas como indulgências ou pequenos luxos, as marcas de mais qualidade e preço mais alto têm ganhado espaço em todas as classes sociais. Enquanto isso, categorias de limpeza da casa e de roupas veem as marcas mais econômicas ganharem espaço. "Vemos o consumidor se permitindo alguns luxos e economizando em outras categorias para compensar", diz Costa. 88% do volume perdido das marcas "mainstream" (de preço médio) acontece por troca, tanto para marcas mais acessíveis como mais premium.

Nos canais de venda, é observado um movimento parecido. Os supermercados premium cresceram em média 10,6%, frente a 3,9% dos comuns. Por outro lado, os atacarejos avançaram 14%. "Cada vez mais, observamos um movimento de crescimento da compra abastecedora no atacarejo e das compras de indulgências em lojas premium", diz Costa.

RIO POWER PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 13.266.225/0001-36. NIRE 33.300.297.049

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. O Diretor Eduardo Atsushi Takeiti, nos termos do arts. 123 e 124 §1º inciso I da Lei 6.404/76 e arts. 15 e 16 do Estatuto Social da Rio Power Participações S.A., convoca os senhores acionistas da empresa Rio Power Participações S.A. para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, Sala 321, Parte IX, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22631-455, no dia 17 de junho de 2024 às 10h30 para deliberarem a ordem do dia: (i) aprovação do aumento de capital social; e (ii) alteração e consolidação do estatuto social para alteração da cláusula do capital social. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia estão disponíveis desde o dia 08 de junho de 2024, na sede social da companhia, à disposição dos acionistas. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024. Diretor: Eduardo Atsushi Takeiti.

NEWE SEGUROS S.A.
CNPJ/ME nº 26.609.195/0001-65 - NIRE 33.3.0032274-4
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 28/03/2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28/03/2024, às 10h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais, na sede social da NEWE Seguros S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rj, RJ, na Av. Rio Branco, 1, conj. 806, parte, Centro, CEP 20.090-907. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionista titular de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Lista de Presença de Acionistas que constitui Anexo I a esta Ata de AGO da Companhia. Presentes ainda os Diretores da Companhia, bem como a Sra. Thais Helena Ferreira Farat Cosentino, representante da PricewaterhouseCoopers, auditora independente da Companhia, conforme artigo 134, §1º da Lei das S.A. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo, Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; 2) Aprovar a destinação do resultado do exercício; 3) Consignar a absorção de prejuízos acumulados à conta da totalidade do saldo da reserva de capital; e 4) Fixar a remuneração global da Administração da Companhia. **5. Deliberações:** Foram tomadas pela única acionista, sem quaisquer ressalvas ou reservas, as seguintes deliberações constantes da ordem do dia: 5.1. Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da administração e as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, as quais foram colocadas à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, publicadas em 16/02/2024 no jornal Diário do Acionista, páginas 5 a 8, e enviadas oportunamente aos acionistas por mensagem eletrônica. 5.2. Consignar que, conforme as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia acima aprovadas, o exercício social de 2023 resultou em prejuízo de R$ 7.531.718,87, o qual será incorporado à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia. 5.3. Consignar, ainda, a absorção de prejuízos acumulados no montante de R$ 11.151.252,46, à conta de igual valor correspondente à totalidade da reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 200, inciso I da Lei das S.A. 5.4. Fixar para os administradores da Companhia, para o presente exercício social de 2024, remuneração global anual de até R$ 5.201.173,73, em conformidade com o art. 152 da Lei das S.A. 5.5. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A. e autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi lida e assinada por todos os acionistas presentes. A presente AGO foi realizada a distância com a coleta das assinaturas por meio da plataforma *Adobe Sign*. Os membros da Mesa e os acionistas presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta AGO não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta AGO produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Rio de Janeiro, 28/03/2024. *A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio.* Mesa: **Carlos Alberto Caputo -** *Presidente;* **Daniel Barreto Gelbecke -** *Secretário*. **JUCERJA** - NIRE: 333.0032274-4 - Protocolo: 2024/00445871-4. Data do protocolo: 23/05/2024. Certifico o arquivamento em 05/06/2024 sob o nº 00006273625. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.
CNPJ/MF nº23.907.723/0001-74-NIRE33.3.0032757-6-Companhia Fechada
Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A., a ser realizada em 27/06/2024

A **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 6, sala 401, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") nº 23.907.723/0001-74 ("Emissora" ou "Companhia"), em conjunto com a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), nos termos da Cláusula 9.2 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A.*", datado de 12/09/2018, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), e da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), vêm, pelo presente edital, **convocar** os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, da 1ª emissão da Emissora ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão"), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no **dia 27/06/2024, às 10:00 horas** ("AGD"), de forma **exclusivamente digital e remota**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** A não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da alínea (a) da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, por força do descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 1.1.3 do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças*", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, em 12/09/2018, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), devido à não celebração tempestiva de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos para fins de inclusão dos Bens Futuros Elegíveis (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos) adquiridos pela Companhia após a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, à lista constante do Anexo II ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; **(ii)** A aprovação da concessão de prazo adicional de 90 dias contado da data de realização da AGD, para celebração do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e **(iii)** Autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na AGD. **Informações Gerais:** A AGD será realizada através de sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, apenas àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio dos documentos indicados abaixo para os endereços eletrônicos assembleiasertao@veirano.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da data estipulada para realização da AGD, e em qualquer caso até o horário da AGD, observado o conforme aplicável, nos termos da Resolução CVM 81: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica, (a) cópia da versão do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) quando for representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 dias antes da data de realização da AGD. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis para consulta páginas eletrônicas da Companhia, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 11/06/2024. **Sertão I Solar Energia SPE S.A. (11, 12 e 13/06/2024)**

FAZENDA

Haddad vai propor mudanças em pisos de Saúde e Educação

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Diante do descolamento dos pisos das pastas de Saúde e Educação dos demais gastos do novo arcabouço fiscal, a equipe econômica do governo federal pretende propor, no Orçamento do próximo ano, mudanças no formato dos gastos mínimos para as duas áreas, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministro afirmou que levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugestões de novas fórmulas de cálculo na elaboração do Orçamento Geral da União do próximo ano, que terá de ser enviado ao Congresso até 30 de agosto.

"Vamos levar algumas propostas para o presidente, que pode aceitar ou não, dependendo da avaliação que ele fizer", declarou o ministro em relação a uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo que apontou que o governo pretende limitar a 2,5% o crescimento real (acima da inflação) dos pisos para a saúde e a educação.

Apesar da mudança dos cálculos, Haddad descartou o risco de perda de recursos para as duas áreas. "Não se trata disso, ninguém tem perda", garantiu o ministro.

A mudança tem o objetivo de evitar o colapso do novo arcabouço fiscal porque os pisos para a Saúde e a Educação cresceriam mais que os gastos discricionários (não obrigatórios) dos ministérios nos próximos anos. O próprio Tesouro Nacional estima que o espaço para as despesas livres do governo será comprimido ano a ano, até se extinguir em 2030, caso as regras para os limites mínimos de Saúde e Educação não sejam alteradas.

Pelas contas do Tesouro, de 2025 a 2033, o governo terá R$ 504 bilhões a menos para gastos discricionários, que incluem os investimentos (obras e compra de equipamentos). "São vários cenários que estão sendo discutidos pelas áreas técnicas, mas nenhum foi levado ainda à consideração do presidente", disse Haddad.

DESCOMPASSO

O descompasso ocorre porque, enquanto os pisos mínimos para a Saúde e a Educação são calculados com base num percentual das receitas, os demais gastos do arcabouço fiscal obedecem ao limite de 70% do crescimento real (acima da inflação) da receita no ano anterior. Com o fim do teto federal de gastos, no ano passado, os pisos voltaram a ser 15% da receita corrente líquida para a saúde e 18% da receita líquida de impostos para a educação.

No ano passado, durante as discussões do novo arcabouço fiscal, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu uma reavaliação do cálculo dos pisos mínimos no Orçamento de 2025. "Entendemos que há critérios que podem ser melhores que a mera indexação [em relação às receitas]", disse Ceron na época.

Também no ano passado, Haddad tinha dito que a equipe econômica pretendia incluir uma regra de transição no arcabouço fiscal, mas a proposta não foi levada adiante na elaboração nem na discussão do novo marco para as contas públicas.

JOGATINA

Empresas de apostas online têm até janeiro para se regularizar

As empresas de apostas esportivas e jogos online terão até o fim do ano para se regularizar. Elas deverão pagar R$ 30 milhões à União para conseguir autorização de exploração comercial e não ficarem em situação ilegal a partir de 1º de janeiro.

A portaria foi publicada no Diário Oficial da União no fim de maio. Para obter a autorização, as bets, como são chamadas essas empresas, terão de cumprir critérios relacionados a cinco categorias: habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, idoneidade, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

Desde a publicação da portaria, as empresas podem providenciar a documentação legal e inscrever-se no no Sistema de Gerenciamento de Apostas (Sigap). As que conseguirem autorização e pagarem a concessão de R$ 30 milhões poderão explorar até três marcas comerciais em território nacional durante cinco anos.

Segundo o Ministério da Fazenda, os critérios foram estabelecidos para dar mais proteção aos apostadores e garantir que as empresas autorizadas tenham estrutura de governança corporativa "compatível com a complexidade, especificidade e riscos do negócio". A partir de 1º de janeiro, as bets não autorizadas estarão sujeitas a penalidades.

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda tem 180 dias para analisar os pedidos das bets. Como regra de transição, as empresas que pedirem autorização até 20 de agosto, 90 dias após a publicação da portaria, receberão resposta ainda este ano. Todas as empresas autorizadas nesse primeiro grupo terão as portarias de autorização publicadas conjuntamente.

Além de comprovarem capacidade econômico-financeira elevada, as bets deverão ter sede e canal de atendimento aos apostadores no Brasil, obedecer a políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, promoverem jogo responsável, garantir a integridade das apostas, prevenir a manipulação de resultados e adotar boas práticas de publicidade e propaganda.

ENGENHO DO MATO ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.
CNPJ/MF nº 06.066.086/0001-31 - NIRE nº 33.2.0725732-6
ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02, reuniram-se no dia 10 de junho de 2024, na sede social de ENGENHO DO MATO ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA., situada na Rua Padre Achotegui nº 51, apto. 1402 – Parte – Leblon, CEP: 22430-090, todos os sócios quotistas, representando a integralidade do capital social da Sociedade e, tendo considerado que o capital social é excessivo em relação ao objeto da sociedade, deliberaram aprovar, conforme artigos 1.082, 1.083 e 1.084 do Código Civil/2002, a redução do capital social de R$ 4.685.000,00 (quatro milhões seiscentos e oitenta e cinco mil reais), para R$ 3.982.250,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil duzentos e cinquenta reais), com a devolução aos sócios de R$ 702.750,00 (setecentos e dois mil setecentos e cinquenta reais) do capital investido, na proporção de sua participação no Capital Social. Os Sócios se comprometem a promover a competente alteração do contrato social da Sociedade, com intuito de refletir as deliberações acima tomadas. Rio de Janeiro, 10 de junho de 2024.

Jorge Morais Bouhid. Léa Fátima Berno Bouhid.

OUTONO: Sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove. Manhã Tarde Noite 29º 16º 5% 06:45 17:11

B3

Sabesp é a primeira empresa brasileira com certificação verde

BETH MOREIRA/AE

A Sabesp é a primeira companhia brasileira a ser reconhecida como empresa verde, informou ontem, a B3. A empresa também é a primeira fora da Europa a obter esta certificação.

A B3 instituiu em maio o selo B3 Ações Verdes, com o objetivo de reconhecer as companhias que possuem atividades que contribuam com a proteção do meio ambiente e no combate às mudanças climáticas.

Para lançar a certificação, a B3 se inspirou nos Green Equity Principles (princípios para ações verdes), lançados em 2023 pela World Federation of Exchanges (WFE - Federação Mundial das Bolsas).

A WFE decidiu criar diretrizes para que suas afiliadas elaborassem normativos para indicar companhias que pudessem ter seus papéis designados como Ações Verdes.

"As Ações Verdes são um instrumento robusto do mercado de capitais para ampliar a transparência e fomentar a consistência do setor privado em relação a iniciativas que pavimentem o caminho para uma nova economia global sustentável. Esperamos que essa iniciativa da Sabesp seja um exemplo de compromisso socioambiental para mais empresas listadas na B3", afirma Gilson Finkelsztain, CEO da B3, em nota.

Cesar Tarabay Sanches, superintendente de Sustentabilidade da B3, acrescenta que a certificação de Ações Verdes é mais uma das importantes iniciativas da B3 em seu papel de estimular o mercado a adotar boas práticas de sustentabilidade.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 42ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 42ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da* 42ª Emissão *da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 02/07/2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder waiver pela não celebração e apresentação tempestiva das Notas de Cessão previstas na cláusula 1.3 do Instrumento Particular de Contrato de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças, celebrado entre a Securitizadora e a Binatural Bahia Ltda. em 06 de abril de 2023 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), desde agosto de 2023 até a presente data; (ii) Alterar a Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão, a fim de que as Notas de Cessão sejam celebradas semestralmente, no último Dia Útil de janeiro e julho de cada ano; (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA BINATURAL", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CRI DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª EMISSÃO, EM 2 SÉRIES DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries, da Canal Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares de CRI", sendo os CRI da primeira série "CRI Primeira Série", os CRI da segunda série "CRI Segunda Série" e, quando em conjunto "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Companhia Imobiliária de Brasília Terracap*", celebrado em 21 de maio de 2024 ("Termo de Securitização"), conforme aditado em 28 de maio de 2024, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares de CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **01 de julho de 2024**, às **10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** o distrato parcial da Cessão Fiduciária mediante a exclusão dos créditos indicados no Anexo A ao presente Edital ("Novos Créditos Imobiliários"), mediante a alteração do Anexo III ao "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" e do Anexo VI ao "*Termo da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 (Duas) Séries, com Garantia Real, para Colocação Privada, Companhia Imobiliária de Brasília Terracap*" ("Escrituras Públicas de Compra e Venda Distratadas"); **(ii)** a cessão definitiva, pela Emitente à Emissora, dos Novos Créditos Imobiliários e a emissão de uma cédula de crédito imobiliário integral, sem garantia real, sob a forma escritural para representar os Novos Créditos Imobiliários ("Nova CCI"); **(iii)** a criação de uma terceira série dos CRI, mediante a vinculação dos Novos Créditos Imobiliários, representados pela Nova CCI cujas características estão descritas no Anexo B abaixo ("Nova Série"), a qual integrará o patrimônio separado, sendo que os Novos Créditos Imobiliários e a Nova Série integrarão a definição das Obrigações Garantidas (previstas nos Documentos da Operação) e compartilhará das mesmas Garantias outorgadas; **(iv)** a alteração das Despesas em razão da emissão Nova Série, conforme Anexo C abaixo, mediante a alteração do Anexo III ao Termo de Emissão; **(v)** a autorização para que a Emissora, em conjunto com a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), tomem todas e quaisquer medidas necessárias para a criação da Nova Série, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos instrumentos necessários, ao aditamento dos Documentos da Operação, bem como qualquer ato necessário perante a CVM e a B3. As convocações da Assembleia Especial de Titulares de CRI, será disponibilizada, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas Eventuais da CVM e veiculados na página da Securitizadora na rede mundial de computadores – Internet (https://www.canalsecuritizadora.com.br/), na forma do artigo 26, do parágrafo 5º do artigo 44, do artigo 45, do inciso IV, alínea "b" do artigo 46 e do inciso I do artigo 52 da Resolução CVM 60 e conforme parágrafo 3º do artigo 30 da Lei nº 14.430. A Emissora avisará o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação na mesma data da sua ocorrência. Na mesma data da publicação deste Edital, este será ***(a)*** encaminhado pela Emissora, na forma do artigo 26 da Resolução CVM 60, aos Titulares de CRI e/ou aos custodiantes do respectivo Titular de CRI, por meio de comunicação eletrônica (e-mail), cujas as comprovações de envio e recebimento valerão como ciência da publicação, observado que a Emissora considerará os endereços de e-mail dos Titulares de CRI, conforme informado pela B3 e/ou pelo Escriturador dos CRI e ***(b)*** encaminhados ao Agente Fiduciário. A Assembleia de Titulares de CRI instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem a maioria dos presentes, conforme artigo 28 da Resolução CVM 60. As deliberações em Assembleia de Titulares de CRI serão tomadas pelos votos favoráveis, em primeira convocação por Titulares de CRI que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria dos Titulares de CRI presentes na respectiva assembleia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@canalsecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação CRI, da 104ª Emissão, em 2 Séries, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular de CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@canalsecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (https://www.canalsecuritizadora.com.br/) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular de CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular de CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular de CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização.

São Paulo, 11 de junho de 2024. **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Anexo A - Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)
Anexo B - (Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)
Anexo C - (Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)

FRAUDE

SP e Receita: operação mira sonegação no setor de metais

Para desarticular fraude fiscal estruturada no ramo de metais, em especial produtos de cobre e alumínio, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) e a Receita Federal (RFB), com o apoio da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Polícia Civil paulista, deflagraram ontem a operação Nasir. Nesta etapa, o trabalho dos auditores fiscais se concentra em obter provas sobre esquema fraudulento e averiguar a existência real de diversas empresas.

Os alvos da ação são 16 empresas no estado de São Paulo, nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Santo André e Mauá. Além dos contribuintes paulistas, houve atuação em outros 15 alvos nos estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Pará e Paraná.

O efetivo montado para a operação Nasir mobiliza 50 auditores fiscais Receita Estadual (Sefaz-SP) com 19 viaturas, 100 auditores fiscais da RFB, quatro procuradores da Procuradoria Geral de Estado de São Paulo (PGE-SP) e cerca de 30 policiais e 14 viaturas da Divisão de Crimes contra a Fazenda do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC) da Polícia Civil.

Em desdobramento da Operação Metalmorfose, deflagrada em 9 de maio, a ação atual verifica a circulação de documentos fiscais da ordem de R$ 7 bilhões, com a suspeita de que pelo menos parte pode se tratar de operações fraudulentas. Os documentos fiscais frios emitidos por empresas inidôneas (laranjas) têm a intenção de possibilitar aos destinatários a utilização de créditos espúrios – ou seja: irreais -, com o intuito de serem posteriormente utilizados por empresas beneficiárias finais para abater o imposto devido da operação seguinte do ICMS.

Os procedimentos iniciados ontem buscam elementos relativos a operações recentes em toda a cadeia produtiva do cobre e outros metais, que permitam responsabilizar os operadores e beneficiários do esquema fraudulento. Além disso, as inscrições cadastrais das empresas "fantasmas" serão baixadas, de forma a interromper o fluxo de notas fiscais frias.

O nome da operação, Nasir, é uma referência ao tablete de Ea-Nasir, o documento escrito mais antigo da história. Nele, há uma reclamação contra um vendedor de cobre desonesto. Milhares de anos depois, operadores desonestos continuam procurando forma de lesar a livre concorrência e os cofres públicos.

ELEIÇÕES 2024

Milton Leite afirma que União disputará vice de Nunes com PL

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O vereador Milton Leite, presidente do União Brasil em São Paulo, reforçou ontem, que o partido pretende disputar a indicação do vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) com o PL. O próprio Leite se coloca como opção, embora também cite outros integrantes da legenda.

Nos últimos dias, ganhou força o nome do ex-coronel da Rota, Ricardo de Mello Araújo (PL), indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A aliança seria uma tentativa de impedir que o prefeito perca votos com a chegada dos pré-candidatos Pablo Marçal (PRTB) e José Luiz Datena (PSDB).

Como mostrou o Estadão, uma ala do PP se rebelou contra Mello Araújo e ao menos um integrante, o deputado estadual Delegado Olim (PP), disse que não subiria no palanque se o ex-PM fosse o escolhido e que há risco do partido romper a aliança. Por outro lado, o deputado federal Coronel Telhada (PP) disse que o acordo da sigla com o chefe do Executivo não tem como condição a indicação do vice.

Milton Leite disse que respeita o PP, mas ponderou que a discussão dos 11 partidos da coligação sobre o vice ainda não ganhou corpo. Segundo ele, houve apenas uma conversa inicial sobre o tema.

"A União Brasil quer discutir e discutirá na mesa. Sabemos do peso do PL. Sabemos do peso do ex-presidente Bolsonaro, mas nós temos votos. Nós sabemos quanto nós representamos na urna", declarou em entrevista coletiva concedida na Câmara Municipal, onde é presidente.

Leite afirmou que o partido está alinhado com Nunes, mas, ao ser questionado, respondeu que é constantemente procurado por outros pré-candidatos em busca de apoio. O presidente da Câmara voltou a dizer que não disputará novo mandato como vereador, mesmo se não for escolhido como vice.

Tarcísio agora defende ex-coronel da Rota para vice de Nunes e pede agilidade em acerto de chapa"Eu não posso negar que Deus e o mundo me procuram para alianças Eu não vou mencionar nomes, mas de 'A' a 'Z' me procuram. Este final de semana foi um inferno para a gente debater candidatos. Para conversar comigo eu não vou sentar porque não vejo objeto para discutir. Estou alinhado no projeto (de Nunes)", acrescentou.

Além dele mesmo, Milton Leite citou como possíveis indicações do União Brasil para vice do prefeito a pastora Sandra Alves, a ativista Luisa Mell, o ex-deputado General Peternelli, André Soares, filho do missionário R.R. Soares, e o vereador Rubinho Nunes.

QUILOMBO

Nome de futura estação da Linha 6 do Metrô é alterado para 14-Bis-Saracura

O governo de São Paulo decidiu alterar o nome da futura Estação 14 Bis, da Linha 6-Laranja do Metrô, para 14-Bis-Saracura. A mudança atende a uma demanda apresentada pelo Movimento Saracura. Durante as obras na região central da capital, foram encontrados resquícios arqueológicos do antigo Quilombo Saracura.

Conforme a concessionária Linha-Uni, responsável pela nova linha de metrô, já foram resgatados e catalogados mais de 20 mil itens, entre louças, cerâmicas, metais e peças de vestuário, que ajudam a contar a história do antigo Quilombo Saracura, um dos maiores de São Paulo.

As obras da estação de metrô estão concentradas em seis terrenos nas imediações da Praça 14 Bis, incluindo o da antiga quadra da escola de samba Vai-Vai. O sítio arqueológico foi identificado em abril de 2022 em um perímetro dentro da obra. Os ativistas reivindicam ainda a mudança do nome da estação para "Saracura/Vai-Vai", a fim de marcar a história negra e a presença da escola de samba na região do Bixiga.

Para Frei David, fundador da Educafro, entidade que busca ampliar a inclusão de negros no ensino superior, a mudança do nome da estação é um sinal de "democracia ética".

"O apagamento da história do povo negro na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo é algo cruel", diz Frei Davi.

"Quando a sociedade civil, o governador toma decisões corrigindo esses erros, nós podemos dizer que o Brasil está se tornando e se despertando para uma democracia étnica. E entendemos que prestar uma homenagem ao quilombo descoberto é um primeiro passo" completa.

Frei David entende, no entanto, que é possível fazer mais do rebatizar o nome da parada da linha. Para ir além, ele sugere que o local abrigue, também, um museu que retrate a história da resistência do povo negro.

"Queria até que (o nome) fosse 'Quilombo Saracura'. Por isso estamos fazendo esse apelo ao governador e às forças envolvidas neste processo para que seja construída na estação do Quilombo Saracura um museu", disse Frei Davi.

ANDAMENTO

A Linha 6-Laranja é uma parceria público-privada (PPP) entre o governo de São Paulo e a iniciativa privada. Ao ser concluída, a linha terá 15 quilômetros de extensão e 15 estações, ligando o bairro da Brasilândia, na zona norte, à estação São Joaquim, na região central da capital paulista. Ela deve passar a operar parcialmente em 2026, de acordo com a secretaria.

Com mais de mil dias de atraso em relação ao cronograma inicial, as obras estão sendo aceleradas. Com isso, o custo final vai aumentar.

INTERIOR

Operação busca quadrilha que pratica furtos em casas de luxo

Mais de 40 policiais civis foram as ruas ontem para cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão contra uma quadrilha especializada em furtos de casas de médio e alto padrão no interior paulista. A Operação Confractus teve início ontem na região de Avaré. Ordens judiciais também foram cumpridas em Embu das Artes, Taboão da Serra e na capital paulista.

Quatro suspeitos, sendo três homens e uma mulher, foram presos no início da manhã. As equipes também apreenderam objetos subtraídos das vítimas, como joias, relógios e veículos. A operação ainda está em andamento.

As investigações iniciaram em fevereiro após o roubo de uma casa de alto padrão em Avaré. Na ocasião, os suspeitos levaram equipamentos eletrônicos, celulares, joias e uma pistola.

As equipes descobriram que a quadrilha atuava de forma organizada e, por vezes, se deslocava da cidade de São Paulo até outros municípios do interior para efetuar os crimes. O "modus operandi" consistia em tocar a campainha das residências para verificar se havia ou não moradores. Caso negativo, o grupo arrombava as portas e furtava os objetos de valor.

Eles também faziam trocas de placas de veículos frequentemente e usavam os carros furtados ou roubados para o transporte dos bens subtraídos. Os suspeitos ainda usavam várias linhas telefônicas para impedir a identificação dos envolvidos.

LÍDERES DA QUADRILHA

Os alvos da operação são conhecidos por agirem com violência e por terem uma ficha criminal extensa, conforme a Polícia Civil. O líder do bando já foi condenado a 24 anos de prisão por furto, roubo e uso de documento falso.

Assim como o líder, um dos integrantes da quadrilha também é egresso do sistema prisional por receptação e roubo. Ele era responsável pela comunicação com os comparsas durante os delitos.

Duas mulheres também são procuradas por suspeita de integrar o bando.

LAVA JATO

CNJ vê indícios de peculato e pede que PGR investigue Moro

PEPITA ORTEGA/AE

O Conselho Nacional de Justiça vai encaminhar à Procuradoria-Geral da República o acórdão da inspeção realizada no berço da Operação Lava Jato - incluindo o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e os gabinetes da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre - documento com indicação de suposta ligação do ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador (União-PR), com crimes de peculato-desvio, prevaricação, corrupção privilegiada ou passiva.

Por 9 votos a 5, o Plenário do CNJ aprovou o relatório de correição elaborado pela equipe do ministro-corregedor Luís Felipe Salomão, destacando que as informações levantadas pela Corregedoria Nacional de Justiça devem ser levadas à PGR para que, 'caso entenda pertinente e no uso da autonomia e competência, apure as hipóteses de ilícitos penais em tese identificadas'.

Com a publicação do acórdão, a remessa à PGR deve ocorrer nos próximos dias.

Anexados ao documento, estão dois relatórios: o relatório preliminar, de setembro de 2023, e o relatório complementar, datado de abril - este aborda a hipótese criminal de peculato-desvio e 'delitos adjacentes'.

Como antecipou o Estadão, um documento elenca cinco hipóteses criminais envolvendo a tese de suposto 'conluio' entre o ex-juiz Sérgio Moro, o ex-procurador Deltan Dallagnol e a juíza Gabriela Hardt.

O objetivo da aliança, segundo o relatório, seria um 'desvio' da ordem de R$ 2,5 bilhões. O montante teria como destino os cofres da polêmica fundação da Lava Jato, que nunca saiu do papel.

A PF descreve que, entre 2016 e 2019, Moro, Hardt e Deltan teriam promovido desvios 'por meio de um conjunto de atos comissivos e omissivos'.

Para ilustrar o documento distribuído a todos os conselheiros do CNJ que estão julgando a Lava Jato e seus personagens, um gráfico exibe o 'fluxo de eventos' descritos na hipótese criminal.

Os relatórios são assinados pelo delegado de Polícia Federal Élzio Vicente da Silva, designado para a equipe de correição, primeiro como diretor do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário e 'atualmente em missão operacional no gabinete do ministro Dias Toffoli, no Supremo Tribunal Federal, em colaboração na Corregedoria Nacional'.

O gabinete de Toffoli também receberá cópias dos documentos por causa da conexão da inspeção com a reclamação na qual o ministro determinou a anulação de todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht em razão de suposto 'conluio' entre a força-tarefa da Operação Lava Jato e o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba

O processo e a inspeção no berço da Lava Jato estão ligados. Foi no bojo da reclamação relatada por Toffoli que foram anuladas as ações contra Rodrigo Tacla Duran - advogado apontado como operador de propinas da Odebrecht. Ele foi pivô de um tenso embate entre o juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e a 8ª Turma do TRF-4, o que motivou a abertura da correição sob comando do ministro-corregedor Salomão.

'CONLUIO'

No centro da suspeita de suposto conluio para o desvio da multa da Petrobras, a Polícia Federal sustenta que Moro, então juiz titular da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, 'foi o responsável por instaurar, voluntariamente, o processo sigiloso para permitir o repasse não questionado de valores' para a Petrobras. Moro rebate. 'Mera ficção.'

À época, segundo o documento, os investigados já sabiam das apurações dos EUA sobre a petrolífera e tinham a 'intenção de promover o direcionamento' de parte da multa que seria aplicada à empresa 'vítima' de delitos que a Lava Jato descobriu - corrupção, lavagem de dinheiro e cartel das gigantes da construção, no período entre 2003 e 2014.

A juíza Gabriela Hardt foi citada por ter homologado, em 2019, o acordo que previa o repasse dos recursos para a fundação da Lava Jato - iniciativa que acabou barrada pelo Supremo Tribunal Federal. A imputação foi o que pesou mais para o decreto de afastamento da magistrada, ato monocrático de Salomão derrubado pelo CNJ.

Quando o relatório da correição foi divulgado, em abril, o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro, reagiu com ironia. "Mera ficção." Ele afirma que 'nenhum centavo foi desviado'.

O fato objetivo descrito no relatório provisório da Corregedoria do CNJ - ainda pendente de aprovação - é que foram devolvidos diretamente de contas judiciais da 13 Vara de Curitiba para a Petrobras, vítima inequívoca dos crimes apurados na Operação Lava Jato, cerca de R$ 2,2 bilhões, sem que nenhum centavo tenha sido desviado. Idêntico procedimento foi adotado pelo STF à época.

O juiz Sergio Moro deixou a 13 Vara em outubro de 2018, antes da constituição da fundação cogitada para receber valores do acordo entre a Petrobras e autoridades norte-americanas e jamais participou da discussão ou consulta a respeito dela. A especulação de que estaria envolvido nessa questão, sem entrar no mérito, não tem qualquer amparo em fato ou prova, sendo mera ficção.

STF

Kassio leva para plenário físico ação do CFM sobre aborto legal

RAYSSA MOTTA

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu destaque no julgamento sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta o aborto legal. Isso significa que a votação em curso no plenário virtual será transferida para a modalidade presencial.

Com a mudança no ambiente de julgamento, o placar é zerado. Os ministros Alexandre de Moraes (relator) e André Mendonça, que já haviam votado, terão que se manifestar novamente.

Na prática, o pedido de destaque tende a atrasar o desfecho do processo. Como a pauta do plenário físico está definida nas próximas sessões, não há data próxima disponível para encaixar a ação. A expectativa é que o julgamento fique para o próximo semestre, dada a iminência do recesso.

Enquanto isso, vale a decisão individual de Alexandre de Moraes que suspendeu os efeitos da resolução. O ministro viu urgência e despachou monocraticamente, mas submeteu imediatamente a liminar ao crivo dos colegas, em uma estratégia para reduzir o desgaste pelas críticas dirigidas por setores conservadores.

Com a transferência para o plenário físico, os ministros podem optar por decidir o caso direto no mérito, o que não é incomum na rotina do Supremo. Cabe ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, pautar o processo.

A legislação hoje permite o aborto em apenas três situações - violência sexual, risco de morte para a gestante ou feto com anencefalia.

O Conselho Federal de Medicina proibiu os médicos de fazerem um procedimento clínico chamado "assistolia fetal", que consiste na indução da parada do batimento cardíaco do feto antes da retirada do útero, em gestações com mais de 22 semanas, mesmo nos casos de violência sexual.

Como o método é considerado essencial para o aborto depois das 20 semanas, na prática, a resolução dificulta a interrupção da gestação.

Uma das justificativas usada pelo Conselho de Medicina foi a de que o procedimento é "profundamente antiético e perigoso em termos profissionais".

Ao suspender a resolução, Moraes afirmou que o CFM "abusou do poder regulamentar" ao criar barreiras para o aborto legal e que, nos casos de estupro, o ordenamento penal "não estabelece expressamente quaisquer limitações circunstanciais, procedimentais ou temporais" para a interrupção da gestação.

Em complemento à decisão, o ministro também esclareceu que, enquanto estiver suspensa, a resolução não pode ser usada para justificar processos disciplinares contra médicos. Moraes ainda mandou interromper a tramitação de todos os processos judiciais e procedimentos administrativos abertos com base na norma, o que impede que médicos sejam punidos até o STF julgar o tema.

Em recurso, o Conselho Federal de Medicina defendeu que o processo seja redistribuído ao gabinete do ministro Edson Fachin, que já é relator de uma ação sobre o aborto legal e, na avaliação da entidade, tem preferência para julgar o caso.

Antes do pedido de destaque, Alexandre de Moraes e André Mendonça já tinham votado. O relator defendeu que a resolução continue suspensa. Já André Mendonça votou para restabelecer os efeitos da norma do CFM, que ele classificou como "técnica".

SEGURANÇA PÚBLICA

Cartilha do PT diz que guardas municipais podem ser armadas

KARINA FERREIRA/AE

De olho nas eleições municipais de outubro, o PT lançou uma cartilha para orientar seus candidatos na construção do Plano Municipal de Segurança Pública de cada cidade. No material, o partido defende que quem deve decidir se a guarda civil municipal será armada ou não é o prefeito de cada localidade. Ainda conforme o documento, "por ser uma instituição civil", não "parece indicado que os seus gestores sejam militares".

"O mais importante é assegurar que a coordenação e o comando estejam comprometidos com a prevenção e atuação comunitária definida no Estatuto Geral das Guardas Municipais", segue o trecho do documento, que foi desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo, braço teórico do partido.

O debate sobre a segurança pública é uma das principais bandeiras de partidos de direita e adversários políticos que, entre outros pontos, usam indicadores de violência para desgastar o governo. Enquanto isso, é comum entre a esquerda o discurso de desmilitarizar as forças de segurança pública, utilizando dados sobre a letalidade das polícias no País.

Em São Paulo, o tema será um dos principais da campanha e mobiliza os pré-candidatos de todos os espectros políticos. Enquanto o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) defendeu na segunda-feira passada, um nome ligado à Polícia Militar como vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB), seu principal adversário, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), cabeça de chapa com a petista Marta Suplicy, também já deu sinais de que incluirá o tema à sua campanha.

Outras ideias defendidas na cartilha são as de reforçar a proteção às escolas, a de que as ruas e praças sejam melhor iluminadas, além de propor a implantação da "patrulha Guardiã Maria da Penha", nome da lei que dispõe sobre a violência contra as mulheres, para atuarem junto a outros setores municipais na "proteção de mulheres cis e trans com medidas protetivas".

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 2021 que o porte de arma em serviço pelas guardas municipais é permitido em todas as capitais e municípios, independentemente do tamanho da população, alterando a regra anterior que fazia diferenciação. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, 21,3% dos municípios informaram a existência de guarda municipal - o equivalente a 1188 localidades brasileiras. Em 34,8% deles, o efetivo não utilizava nenhum tipo de arma em 2019.

8 DE JANEIRO

PGR denuncia coronel do GSI de Bolsonaro por incitar militares ao golpe

PEPITA ORTEGA

A Procuradoria-Geral da República denunciou o coronel do Exército José Placídio Matias dos Santos ao Supremo Tribunal Federal por incitação a golpe de Estado. O militar exerceu função de confiança no Gabinete de Segurança de Institucional (GSI) do governo Jair Bolsonaro e fez publicações, no dia 8 de janeiro de 2023, data dos atos golpistas, defendendo que coronéis com comando de tropa se rebelassem e 'entrassem no jogo, desta vez do lado certo'.

A acusação está sob sigilo no STF e versa sobre as publicações do militar. Como mostrou o *Estadão* à época, José Placídio citou o então comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, para que ele se colocasse à frente de um golpe de Estado As postagens foram feitas no Twitter.

No mesmo dia, o coronel da reserva fez outra postagem com ameaças a Flávio Dino, que acabara de assumir o Ministério da Justiça. "Sua purpurina vai acabar."

José Placídio foi alvo de investigação militar, que concluiu pela existência de autoria e materialidade do crime de 'incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar'.

Os autos, no entanto, foram enviados à Justiça Federal para análise de crime contra a honra de Flávio Dino. Depois, a Justiça Militar reconheceu sua incompetência para atuar no caso e o processo foi ao STF e distribuído ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes em razão da conexão com o inquérito do 8 de janeiro.

CCJ

Oposição e ministro trocam acusações

LEVY TELES/AE

O Secretário Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, trocou acusações e deboches com deputados apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro durante audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados ontem.

O congressista Gilvan da Federal (PL-ES) foi um dos primeiros a atacar o ministro. Disse que Pimenta e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "deveriam estar presos". "Lamento um cidadão que é deputado federal, com trajetória na PF faça um pronunciamento tão desqualificado como esse. Eu não sou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que faz 'rachadinha'", respondeu o ministro.

"Absolveram aqui Janones, que tem áudio dos assessores que davam 'rachadinha' para ele. Vocês não tem moral. É por isso que a única saída que vocês têm é tentar censurar a oposição", respondeu Eduardo Bolsonaro (PL-SP), irmão de Flávio.

A primeira confusão aconteceu com pouco menos de uma hora de sessão. Autor do requerimento para cobrar esclarecimentos de Pimenta, o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) perguntou a Pimenta sobre o uso de aeronave das Forças Armadas para deslocar entre cidades gaúchas com a mulher. O parlamentar sustentou que ministro só pode usar aviões de unidade de transporte especial de Brasília e que o helicóptero poderia ter sido usado para ajudar os gaúchos ao invés de transportar Pimenta e sua mulher.

O ministro respondeu com uma ironia, depois de confirmar que usou a aeronave. "Sim, sou ministro de Estado, participo de eventos públicos e muitas vezes minha esposa me acompanha. Não posso dizer o mesmo do senhor. Se o senhor acha alguma coisa muito estranha, inclusive tenho uma relação com ela de respeito. A minha delegação sou eu que escolho. E com ela mantenho uma relação de respeito, sem violência, sem agressão", disse.

Bilynskyj protestou, levantou-se e apontou o dedo em riste em direção ao ministro. "O ministro insinuou de alguma forma que o meu relacionamento com a minha esposa era um relacionamento violento. Esse é o tipo de moral de esgoto que o senhor traz aqui para a Câmara", afirmou.

Em maio de 2020, segundo investigação policial, a então namorada de Biliynskyj, que era delegado, acertou seis tiros no policial e depois se matou com um tiro no peito. O caso aconteceu após uma discussão dele com a companheira, em São Bernardo do Campo (SP). O inquérito do caso foi arquivado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2022.

Ao longo da sessão, parlamentares provocaram Pimenta o chamando de "montanha", termo que faz referência ao nome mencionado por delatores da Odebrecht sobre ele, que aparece em documentos da empreiteira sob o apelido de "Montanha". Pimenta ironizou dizendo que ele era uma "montanha de votos".

GABINETE DA OUSADIA

Pimenta também negou ter conhecimento da existência do gabinete "gabinete da ousadia". Como revelou o *Estadão*, integrantes da Secom promove reuniões com petistas e influenciadores para discutir divulgação de conteúdos nas redes sociais.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), que pretende convocar o ministro interino da Comunicação, Laércio Portela, foi quem perguntou ao ministro. "Nunca ouvi falar de gabinete da ousadia. Desconheço completamente. Para mim foi algo, eu não vou responder a uma coisa que foi totalmente tirada de contexto, não existe" disse Pimenta.

O *Estadão* mostrou que o grupo que se auto-denominava de gabinete da ousadia começou atuar ainda na época da campanha. O secretário-geral do PT, Jilmar Tatto, admitiu os encontros, mas, ao ser procurado pelo jornal, tentou minimizar a participação do governo. Já a Secom confirmou, por meio de nota, que faz reuniões periódicas para repassar estratégias sobre ações do governo.

O ministro Paulo Pimenta, provisoriamente no comando da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, presta esclarecimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara sobre o inquérito da Secretaria de Comunicação Social (Secom) que apura a disseminação de notícias falsas sobre a crise climática no Rio Grande do Sul.

Ele era titular da Secom até assumir a Secretaria Extraordinária No começo de maio, Pimenta, então titular da Secom, listou postagens em redes sociais do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro), do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e do coach e ex-candidato nas eleições de 2022 Pablo Marçal em um pedido de investigação sobre fake news relacionadas às enchentes e seus efeitos no Rio Grande do Sul.

OUTONO: Sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 18º 5% 06:30 17:15

CASO MARIELLE

Investigação é 'poço sem fundo de incoerências', diz miliciano da Muzema

PEPITA ORTEGA/AE

Preso sob acusação de ter auxiliado no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, o policial militar Ronald Paulo Alves Pereira, o 'Major Ronald', contestou as imputações a ele da Procuradoria-Geral da República alegando que a investigação sobre o caso é 'um poço sem fundo de incompetências e incoerências'.

Major Ronald foi alvo da segunda fase ostensiva da investigação sobre a morte de Marielle e Anderson, aberta em maio. Na ocasião, foi cumprido mandado de prisão preventiva contra ele no presídio federal em Campo Grande (MS), onde já estava custodiado cumprindo pena por homicídio e ocultação de cadáver.

Apontado como ex-chefe da milícia da Muzema, na zona oeste do Rio, e ligado ao ex-policial militar Adriano Magalhães da Nóbrega, o capitão Adriano, morto em 2020, Ronald teria participado do crime por meio do monitoramento das atividades de Marielle e do fornecimento, aos executores, de 'informações essenciais à consumação' do assassinato.

Agora, assim como os demais acusados pelo homicídio, Ronald apresenta sua defesa prévia ao STF, antes de a Corte marcar data para decidir se recebeu ou não a denúncia da Procuradoria-Geral da República e coloca os denunciados pelo crime no banco dos réus.

Como mostrou o Estadão, os irmãos Brazão - o deputado federal Chiquinho e o conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado do Rio Domingos - já apresentaram suas alegações preliminares. Ambos alegaram que as acusações são lastreadas na delação de Ronnie Lessa, assassino confesso de Marielle.

A mesma argumentação é apresentada pela defesa de Major Ronald, que também contesta a competência do STF para julgar o caso. Ressalta o fato de a Polícia Federal não ter indiciado o ex-PM.

"Curioso notar que, após intenso escrutínio da vida pessoal e profissional de Ronald, os diversos atores envolvidos na investigação desses ignóbeis delitos, jamais lhe informaram qualquer participação na empreitada assassinada, à exceção da Procuradoria-Geral da República (que teve contato com a investigação por pouquíssimos meses)", anotou a defesa.

EUA

Filho de Biden é condenado por compra ilegal de arma

Hunter Biden, filho do presidente americano, Joe Biden, foi condenado ontem, por um júri do Estado do Delaware, nos EUA, por compra ilegal de arma quando era usuário de drogas, em 2018. O juiz do caso ainda precisa determinar a pena, que pode chegar a 25 anos de prisão e uma multa de US$ 750 mil.

Os promotores disseram que ele mentiu em um formulário ao comprar um revólver Colt Cobra em outubro de 2018, declarando que não era usuário ou viciado em drogas, apesar de ter problemas com crack.

Hunter se declarou inocente de acusações criminais que incluíam mentir sobre seu vício quando preencheu um documento de triagem do governo para o revólver. Ele ficou com a arma ilegalmente por 11 dias. É a primeira vez que um filho de um presidente americano é condenado em uma ação penal. *Fonte:* Associate Press.

MALAWI

Vice-presidente e mais 9 pessoas morrem em acidente de avião

MARCOS FURTADO/AE

O vice-presidente do Malawi, Saulos Chilima, e outras nove pessoas morreram em um acidente de avião. A informação foi confirmada pelo presidente do país, Lazarus Chakwera, ontem. Os destroços do avião foram localizados em uma área montanhosa no norte do país após uma busca que durou mais de um dia. Chakwera disse em um pronunciamento ao vivo na televisão pública do país que o acidente não deixou sobreviventes.

Cerca de 600 profissionais, como soldados, policiais e guardas florestais, procuravam a aeronave, que também transportava uma ex-primeira-dama, desde seu desaparecimento na manhã da última segunda-feira, 10, nas montanhas Viphya, próximo a cidade de Mzuzu. O avião partiu da capital do país, Lilongwe, para Mzuzu, cerca de 370 quilômetros ao norte, em uma viagem que duraria 45 minutos.

Os controladores de tráfego aéreo avisaram aos pilotos da aeronave que evitassem pousar no Aeroporto Internacional de Mzuzu e retornassem para a capital do país devido à baixa visibilidade provocada pelo mau tempo. Após o contato, o avião das forças armadas de Malawi perdeu a comunicação e desapareceu do radar do controle de tráfego, de acordo com o presidente do país. Sete passageiros e três membros da tripulação militar estavam a bordo.

O avião era do Tipo Dornier 228 operado a hélice dupla, conforme a identificação do número de cauda no site ch-aviation, que rastreia informações sobre aeronaves. Ele foi entregue ao exército de Malawi em 1988.

Chilima estava em seu segundo mandato como vice-presidente. O primeiro foi de 2014 a 2019 no mandato do ex-presidente Peter Mutharika. Ele se candidatou na eleição do governo seguinte, mas ficou em terceiro lugar, perdendo para Mutharika e Chakwera. A votação, no entanto, foi anulada pelo Tribunal Constitucional do Malawi por causa de irregularidades.

Em uma nova votação histórica, em 2020, Chilima se tornou companheiro de chapa de Chakwera, que foi eleito presidente. Essa foi a primeira vez na África que um resultado eleitoral anulado por um tribunal resultou na derrota do presidente em exercício.

RENATA SOUZA

Deputada recebe ameaça de morte

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Renata Souza (PSOL), registrou ontem boletim de ocorrência na polícia após ter recebido uma ameaça de morte por e-mail, com ofensas racistas e misóginas na madrugada de segunda-feira passada. O boletim foi registrado na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi).

A mensagem, com a ameaça de morte e os ataques, foi enviada para o e-mail institucional da deputada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), com cópia para integrantes da equipe dela. O autor da ameaça informa o próprio nome, diz que é menor de idade e que, por isso, tem certeza de que não será preso.

Em nota, Renata Souza se pronunciou sobre o ocorrido e cobra que a investigação seja rigorosa e ágil.

"Não existe nada mais grave do que um crime contra a vida. A investigação policial desse caso precisa ser ágil e rigorosa. Essa ameaça em si é uma violência política gravíssima. Diz sobre a intenção do seu autor não só de me assassinar, mas de assassinar tudo o que represento como mulher preta e cria da favela eleita parlamentar com a pauta do feminismo negro e popular. Esse ser humano diz que quer destruir o meu corpo e calar a minha boca com o seu racismo e a sua misoginia. Mas eu não vou parar e nem calar, pois sou as muitas mulheres de luta que vieram antes de mim, sou as mulheres que constroem as lutas de braços agora, sou aquelas que virão depois de mim", diz a nota.

A assessoria da deputada compartilhou o conteúdo do e-mail. O nome do suposto autor foi omitido, a pedido, para não interferir nas investigações. Na mensagem, ele se refere à parlamentar como "macaca", com xingamentos e afirma que não quer ser governado por mulheres pretas. Ele ainda diz que sabe o endereço da parlamentar e ameaça atirar nela. O autor diz ser morador do Rio de Janeiro.

CASOS ANTERIORES

Em novembro do ano passado, Renata Souza já havia registrado denúncia depois de ter sido chamada de "macaca" nas redes sociais. O comentário foi feito após ela ter postado uma reflexão sobre racismo algorítmico. A deputada disse ter pedido a um aplicativo de inteligência artificial (AI) para gerar uma arte dela no estilo das que são feitas pela Pixar, estúdio norte-americano de animação. O resultado foi uma ilustração de uma mulher negra, com a favela ao fundo e uma arma de fogo na mão.

"A descrição pedida era de uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela. O imaginário de violência nas favelas e de criminalização de corpos e territórios negros também está presente em tecnologias", escreveu a deputada. "É urgente que a sociedade debata os limites e o uso dessas novas tecnologias".

FRANÇA

Partidos de esquerda e direita buscam acordo para derrotar grupo de Macron

Fortalecido pelo triunfo nas eleições europeias no último domingo, o principal partido de extrema-direita da França iniciou, nesta terça-feira, a campanha nacional, com um dos seu líderes, Jordan Bardella, prometendo aos seus apoiadores "a maior maioria possível" na próxima votação parlamentar.

Os partidos da oposição de esquerda e de direita vêm buscando formar alianças e apresentar candidatos nas eleições nacionais antecipadas convocadas pelo presidente Emmanuel Macron (**foto**), depois de o seu partido ter sofrido uma derrota esmagadora para a extrema-direita na votação do Parlamento Europeu no domingo.

Embora persistam diferenças acentuadas entre os partidos em ambos os lados do espectro político, figuras proeminentes que defendem uma frente unida parecem ter uma coisa em comum: não querem cooperar com Macron.

Apesar das divisões, os partidos de esquerda concordaram, ontem à noite, em formar uma aliança que inclui os Verdes, os Socialistas, os Comunistas e o França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon. Os líderes não chegaram a acordo sobre quem irá liderar a colializão nem sobre o seu programa.

A líder do partido Reagrupamento Nacional, Marine Le Pen, trabalha para consolidar o poder à direita antes das eleições de duas turnos, em 30 de junho e 7 de julho. A sobrinha de Le Pen, Marion Maréchal, que conquistou um assento no Parlamento Europeu no domingo como membro do rival Reconquista!, visitou na ontem a sede da legenda de Le Pen,em Paris, para negociar uma aliança de extrema-direita.

Laços familiares à parte, Maréchal disse hoje que Bardella a informou de uma mudança de opinião no Reagrupamento Nacional em relação a um pacto com a Reconquista!. Bardella ofereceu "uma explicação lamentável contra um acordo, dizendo que (o partido de Le Pen) não quer ser associado direta ou indiretamente a Eric Zemmour", disse Maréchal num comunicado.

Le Pen também se reuniu com membros do partido conservador Republicano para discutir uma frente unida.

O presidente dos Eepublicanos, Éric Ciotti, disse que quer um acordo com Le Pen, o que levou vários membros proeminentes do seu partido a pedir a sua renúncia. Ciotti insistiu que os conservadores precisam da aliança para a sua sobrevivência política.

HOLANDA

Direita chega a acordo com nova turma de ministros para formação de governo

Os quatro partidos que negociam para formar um governo de coalizão na Holanda chegaram a um acordo sobre uma nova equipe de ministros, disse o líder da extrema-direita Geert Wilders ontem. É mais um passo fundamental para a formação do primeiro governo holandês liderado por um partido de extrema-direita.

Wilders, cujo Partido pela Liberdade venceu as eleições nacionais há mais de seis meses, não forneceu mais detalhes. "Há um acordo, vocês ouvirão mais nas próximas horas, dias", disse Wilders a repórteres em Haia.

A equipe de ministros será composta por membros dos quatro partidos da coalizão e por especialistas externos - uma chamada administração tecnocrática.

Os futuros ministros terão de passar por entrevistas na câmara baixa do parlamento antes que o novo governo possa ser empossado pelo rei holandês Willem-Alexander. Nenhuma data foi definida imediatamente.

Nota

GOVERNO DO RIO DECRETA FIM DA EPIDEMIA DE DENGUE

O governo do Rio de Janeiro decretou, ontem, o fim da epidemia de dengue no estado. A decisão - publicada no Diário Oficial do estado - é baseada em análises técnicas do Centro de Inteligência em Saúde (CIS), da Secretaria de Saúde. Segundo o monitoramento, o número de casos está em queda em todas as regiões fluminenses por mais de quatro semanas consecutivas, atingindo o nível 1 do Plano de Contingência Estadual Contra a Dengue. A epidemia havia sido decretada no estado do Rio em fevereiro, quando foram registrados mais de 91 mil casos prováveis da doença e também com maior número em uma só semana.

CONFISCO

Recursos gerados por ativos da Rússia serão enviados à Ucrânia em julho

ANDRÉ MARINHO/AE

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, afirmou ontem que os recursos gerados a partir dos ativos imobilizados da Rússia começarão a ser enviados para a Ucrânia a partir de julho. A expectativa é de que 90% do dinheiro seja usado em defesa e o restante, na reconstrução do país.

Em discurso durante conferência em Berlim, Von der Leyen revelou que a primeira leva será de US$ 1,5 bilhão. A cifra é parte de um plano anunciado no mês passado que prevê a utilização dos juros rendidos pelos ativos russos que foram congelados pela UE no começo da Guerra na Ucrânia.